

NEGROS E NEGRAS NA AMAZÔNIA ACREANA: DO SILÊNCIO FUNDADOR ÀS TEMÁTICAS DE PESQUISAS

DOI: [10.29327/210932.13.1-3](https://doi.org/10.29327/210932.13.1-3)

Jorge Fernandes da Silva
Universidade Federal do Acre, Centro de Educação Letras
e Artes, Acre - Brasil
jorge.silva@ufac.br
<https://orcid.org/0000-0002-1528-8719>

Ângela Maria Bastos de Albuquerque Silva
Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação
em Letras, Linguagem e Identidade, Acre - Brasil
angela.mbb@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2472-7664>

RESUMO: O artigo apresenta uma revisão bibliográfica de temáticas étnico-raciais negras na Amazônia acreana, a partir da releitura do silêncio fundador analisado por Orlandi (2007) com foco nas novas temáticas de pesquisas construídas nas primeiras duas décadas do século XXI na Ufac e outras fontes de produções epistemológicas. O objetivo central foi mapear e identificar as bibliografias produzidas na Amazônia acreana, com temáticas étnico-raciais negras, a partir de uma releitura da invisibilização e do silenciamento ocorrido desde as primeiras produções sobre a formação historiográfica do Acre, até as recentes temáticas de pesquisas empreendidas nas duas últimas décadas (2004 a 2024). O norteamento teórico foi aportado em Benjamin (2012) e Arroyo (2014), o primeiro por evocar a relevância das narrativas e o segundo por compreender que os espaços ocupados por outros sujeitos, forjam a necessidade da construção de outras pedagogias que se ajustem às vivências e experiências diferenciadas das comunidades indígenas, negras, imigrantes, entre outros. O levantamento bibliográfico foi registrado parcialmente em ordem cronológica com ênfase nas produções de campo sobre as transformações ocorridas com essas comunidades. Os resultados apontam para uma tendência de ampliação das produções bibliográficas com temáticas étnico-raciais negras a partir do funcionamento de novos cursos de pós-graduação tanto na Ufac quanto em outras Ifes que dialogam com as novas produções de pesquisas que foram silenciadas e invisibilizadas na geo-historiografia colonizadora das elites dominantes.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão bibliográfica. Negras e negros. Amazônia acreana.

BLACK PEOPLE IN THE ACREAN AMAZON: FROM FOUNDING SILENCE TO RESEARCH THEMES

ABSTRACT: The article presents a bibliographical review of black ethnic-racial themes in the Acre Amazon, based on the re-reading of the founding silence analyzed by Orlandi (2007) with a focus on new research themes constructed in the first two decades of the 21st century at Ufac and others sources of epistemological productions. The central objective was to map and identify the bibliographies produced in the Acre Amazon, with black ethnic-racial themes, based on a reinterpretation of the invisibilization and silencing that occurred from the first productions on the historiographical formation of Acre, to the recent research themes undertaken in the last two decades (2004 to 2024). The theoretical guidance was provided by Benjamin (2012) and Arroyo (2014), the first for evoking the relevance of narratives and the second for understanding that the spaces occupied by other subjects create the need to construct other pedagogies that adjust to the experiences and different experiences of indigenous, black, immigrant communities, among others. The bibliographical survey was partially recorded in chronological order with an emphasis on field productions on the transformations that occurred in these communities. The results point to a tendency to expand bibliographical productions with black ethnic-racial themes based on the operation of new postgraduate courses both at Ufac and in other Ifes that dialogue with new research productions that have been silenced and made invisible in the colonizing geo-historiography of dominant elites.

KEYWORDS: Bibliographic review. Black people. Acre Amazon.

Recebido: 30/04/2024

Aceito: 15/03/2025



ISSN: 2525-5924

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (Santos, 2014, p.22).

Consoante à citação acima, a nossa proposta com o presente artigo foi apresentar uma revisão bibliográfica com temáticas étnico-raciais negras nas bibliografias produzidas na Amazônia acreana, a partir de uma releitura do silêncio fundador, em conformidade com Orlandi (2007), nas novas temáticas de pesquisas implementadas nas duas primeiras décadas do século XXI. Pesquisadores(as) que estudaram o início da ocupação não indígena na formação dessa região, que até 1903 pertencia à Bolívia, a exemplo de Leandro Tocantins, no livro *Formação Histórica do Acre* (1979), e Cleuza Maria Damo Ranzi, no livro sobre as *Raízes do Acre (1870-1912)*, edição (1986, entre outros(as), omitiram, em suas pesquisas, a presença de negras e negros no período por eles(as) investigados.

Essas pesquisas assumiram a postura colonialista em que a narrativa histórica era centrada no colonizador europeu, do sexo masculino e de cor branca, omitindo de seus registros todas as outras vertentes étnico-raciais e de gênero fora desse padrão. Diante desses fatos, o objetivo central na presente pesquisa foi mapear e identificar as bibliografias produzidas na Amazônia acreana, com temáticas étnico-raciais negras, a partir de uma releitura da invisibilização e do silenciamento ocorrido desde as primeiras produções sobre a formação historiográfica do Acre, até as recentes temáticas de pesquisas empreendidas nas duas últimas décadas (2004 a 2024). As bibliografias localizadas foram registradas parcialmente em ordem cronológica de acordo com os lugares/instituições onde foram produzidas.

A fundamentação teórico-metodológica deixa em relevo tanto as pesquisas bibliográficas quanto concepções de renomados estudiosos, a exemplo de Benjamin (2012), ao realçar o papel do contador de histórias no resgate dos apagamentos e invisibilizações do passado. Para destacar a relevância das ações de pesquisadores(as) negros(as), o artigo traz as concepções de Arroyo (2014), em seu livro “*Outros sujeitos, outras pedagogias*”, por destacar a necessidade das resistências políticas e epistemológicas na construção de outras linguagens que reconheçam a presença/existência dos sujeitos de direitos.

Nesse contexto, foram retomadas as proposições encontradas em Orlandi (2007), ao compreender que “o silêncio não é diretamente observável, mas está presente nos lugares e situações mais improváveis de serem pensadas, pois ele não deixa marcas formais, por ser constituído de ‘fissuras, rupturas, falhas’”. (Orlandi, 2007, p.45). Para tornar visível o silenciamento, “é preciso observá-lo indiretamente por métodos”. (Orlandi, 2007, p.45). Ancorada nessa abordagem, a presente pesquisa expõe os trabalhos acadêmicos sobre as vivências e experiências de pessoas negras produzidos a partir do início do século XXI, em três programas de pós-graduação da Universidade Federal do Acre: Programa de

Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Para além dessas proposições teóricas, foram registradas, adicionalmente, as legislações de ações afirmativas iniciadas com Lei 10.639, de 2003, que impulsionaram as produções étnico-raciais nas duas décadas seguintes. Ainda que para Arroyo (2014) essas políticas de ações afirmativas sejam incompletas e não atendam plenamente aos anseios e necessidade dos grupos sociais silenciados e invisibilizados, sem essas políticas o percurso seria ainda mais complexo do que o que se apresenta.

ENTRE O FIM DO SILENCIAMENTO ÀS CONDIÇÕES LEGAIS E EPISTEMOLÓGICAS PARA AS PRODUÇÕES DE PESQUISAS ÉTNICO-RACIAIS NA AMAZÔNIA ACREANA

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. (Benjamin, 2012, p.221).

Nas investigações em que as comunidades e grupos oprimidos são sujeitos de sua própria história, descobrem-se os agravos das omissões de suas trajetórias, de suas lutas, resistências e conquistas nos documentos oficiais, nos livros didáticos e até mesmo nas pesquisas acadêmicas que apresentam apenas a visão colonizadora. Diante das flagrantes omissões do passado, faz sentido as expressões benjaminianas sobre a relevância da contação de histórias para não perdê-las nos emaranhados de registros produzidos na ótica da história única.

Seguindo a visão benjaminiana, a presente seção apresenta a transição entre o fim do silenciamento e das invisibilizações nas produções bibliográficas à gênese das condições legais que aplainaram o caminho para novas temáticas epistemológicas nas produções de pesquisas étnico-raciais negras na Amazônia acreana. O estudo inverte a lógica identificada por Orlandi (2007), ao registrar que há variadas formas de comunicação em que o determinante é o não falar, não registrar a omissão de informações, o desvio comunicativo, a essência da prática do próprio silêncio como forma de manutenção de uma hegemonia de poder. (Orlandi, 2007). Expor essas estratégias imperialistas são os desafios presentes nas pautas de pesquisadores(as) nos cursos de pós-graduação com linhas de pesquisas que possibilitam essas releituras das trajetórias, e das metamorfoses da população negra na Amazônia acreana se contrapondo ao desafiar resultados de pesquisas de renomados(as) autores que desconsideraram a presença de negros e negras em suas investigações, tanto na literatura quanto na historiografia acreana.

As recentes pesquisas apresentam dupla significação: não raro, são estudantes, intelectuais, pesquisadoras negras e negros, juntamente com outros estudiosos e estudiosas de outras tonalidades de cores e etnias, que estão assumindo para si o compromisso de identificar, analisar e registrar as vivências e experiências do grupo étnico-racial negro no Estado do Acre. A tomada de consciência do processo de exclusão histórica, aliada às conquistas de leis de ações afirmativas implementadas nas duas primeiras décadas do século XXI, impulsionou a produção acadêmica pelas ações de professores(as) antena-

dos(s) às novas propostas de pesquisas que contemplam os grupos sociais e as comunidades historicamente excluídas do rol de estudos acadêmicos, até o final da década de 1990.

Esse movimento de reconstrução do passado da geo-historiografia negra no Acre, é resultado de todo o legado herdado dos embates pela integração negra na sociedade de classes, que culminou, tanto nas criações dos espaços de lutas em fins do século XIX e início do XX, a exemplo da Imprensa Negra (após 1833) da Frente Negra Brasileira (década de 1930) e do Teatro Experimental Negro (década de 1940) quanto das novas ambiências forjadas, a exemplo da criação do Movimento Negro Nacional (1978) e sua implementação no Acre em 2019. Nas duas primeiras décadas do século XXI, esse movimento forjou a criação do Neabi/Ufac (2018) do Coletivo de Mulheres Negras, que em 2015 criou a Associação de Mulheres Negras do Acre - AMN - com objetivo de unir e organizar mulheres negras no enfrentamento à desigualdade, à miséria, à exclusão e ao genocídio da população negra. A AMN-Acre luta pela efetivação da Lei 10.639/03 nas escolas e reivindica a política de saúde integral da população negra.

De forma direta ou indireta (os)as militantes desses movimentos sociais conquistaram oportunidades de ingresso nos cursos de graduação e de pós-graduação, tanto na Universidade Federal do Acre, quanto em outras Ifes, que têm impulsionado novas pesquisas, com outras leituras de emergentes abordagens sobre as vivências e experiências negras na Amazônia acreana. A implementação das leis de ações afirmativas, a exemplo da Lei 10.639 de 2003, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, juntamente com a Lei 12.711/2012 conhecida como lei de cotas, entre outras, também impulsionaram essas produções bibliográficas negras, tanto pela necessidade de compreender a aplicabilidade da Lei 10.639 de 2003 nas escolas de educação básica, quanto para acompanhar e analisar a implementação e os resultados da Lei 12.711/2012, que contribui não apenas para uma presença ampliada de negros(as) na universidade, como também para que esses(as) discentes apresentem um número elevado de propostas de pesquisas relacionadas às trajetórias de negros(as) no Brasil e no Acre.

Sem sombras de dúvidas, a criação do Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade, na Universidade Federal do Acre, nos idos de 2004, contribuiu sobremaneira nos resultados significativos sobre a temática étnico-racial negra no Acre. Esse programa de pós-graduação teve suas primeiras dissertações defendidas em 2006 e nesse percurso, até a data da presente pesquisa (2024), publicou doze dissertações de mestrado e duas teses de doutorado visibilizando as vivências e experiências negras no Acre, além de descrever e analisar suas trajetórias e metamorfoses nas diversas frentes de lutas, desde suas sobrevivências nos períodos dos antigos seringais, passando pelas pugnas e disputas pela terra nas ocupações urbanas, até as atuais frentes de batalha sobre o direito à educação e às condições socioeconômicas favoráveis.

As pesquisas nos programas de pós-graduação na Ufac foram ampliadas posteriormente com o mestrado em Educação, em 2014 e, com o mestrado em Geografia no ano

de 2019. Nesse mesmo ano, o PPGLI ampliou seu campo de atuação com a criação do curso de doutorado em Letras, Linguagem e Identidade, expandindo as oportunidades de produções acadêmicas em suas áreas específicas sobre a temática étnico-racial negra, indígena, migrantes, imigrantes etc. A conscientização sobre grupos historicamente vulneráveis e a necessidade de conhecimentos sobre essas populações, contribuiu para o surgimento de novas pesquisas diretamente relacionadas às respectivas comunidades sociais de pessoas com deficiências, geracionais, de gênero, entre outras que formam a sociedade acreana.

O fator preponderante nessa discussão gira em torno do amadurecimento de uma consciência sobre os condicionantes que levaram à invisibilização e ao silenciamento desses grupos que foram relegados às margens da historiografia oficial, sendo estigmatizados pela ausência de oportunidades socioeconômicas e políticas diante das fragilizadas políticas paliativas que sequer tangiam os hercúleos desafios enfrentados por esses grupos. “Toda pedagogia que não superar essas visões inferiorizantes que vêm desde as origens de nossa história política, cultural e pedagógica serão antipedagógicas”. (Arroyo, 2014, p.131).

PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS ÉTNICO-RACIAIS NEGRAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, LINGUAGEM E IDENTIDADE - PPGLI/UFAC

Enquanto as teorias e políticas educacionais não reconhecerem os diferentes como iguais elas não se reconhecerão a si mesmas como espaços de igualdade. (...) A esperança está no aumento de militantes, de docentes/educadores nas escolas [nas universidades] e nos movimentos populares que afirmam identidades positivas”. (Arroyo, 2014, p.129).

Para registrar as produções bibliográficas étnico-raciais negras encontradas no Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre, vale destacar tanto o papel institucional, quanto os posicionamentos de professores(as) pesquisadores(as) que se reconhecem como sujeitos de direitos à igualdade de oportunidades mencionadas por (Arroyo, 2014) e tomam a dianteira na ampliação da visibilidade de suas vivências e experiências, a partir de narrativas, anteriormente silenciadas, invisibilizadas na esteira do viés de dominação das mentes e dos espíritos. Compreendem em seus coletivos de luta, “que não existe história única [e que] a pedagogia sempre omitiu o outro lado, legitimando o colonizador como educado, como humano e os outros sub-humanos, sem educação, bárbaros, perigosos, sem Deus, sem fé, sem cultura, sem inteligência”. (Arroyo, 2014, p.156).

A partir dessa compreensão foram identificados os primeiros trabalhos investigativos no PPGLI/Ufac sobre pessoas negras no Acre. Inicialmente foi localizada a Dissertação de Mestrado de Nayra Claudinne Guedes Menezes Colombo defendida em 2009 com o título: “Corpos negros x falas brancas: as representações do negro na literatura de expressão Amazônica”. Apesar de não fazer menção direta ao negro na Amazônia acreana, a pesquisa faz alusão à presença negra na Amazônia de forma generalizada,

a partir de personagens negras(os) em três obras literárias: “A Selva”, de Ferreira de Castro; “Terra Caída”, de José Potyguara e “Seringal”, de Miguel Jeronymo Ferrante. Embora essa pesquisa tenha sido realizada no campo das representações literárias, ainda assim a autora identificou os estigmas pejorativos lançados sobre personagens negras e negros denunciando a partir da literatura, as experiências e vivências desses sujeitos nos seringais amazônicos.

No mesmo período dessa primeira pesquisa étnico-racial no PPGLI/UfAC, Italva Miranda da Silva (2009) defendeu a segunda dissertação étnico-racial com o seguinte título: “Terreiros de Candomblé na Amazônia Acreana: Lutas e solidariedades na construção de territórios e identidades”. A autora realizou um mapeamento das principais religiões de matriz africana na capital acreana, identificando sua origem, representações, e denunciando o processo do que Silva (2009, p. 27), identifica como “movência”, quer dizer, o afastamento de instituições religiosas “indesejáveis” da região central da cidade. Destarte, para além dos trabalhos realizados pelas Mães e Pais de Santo, as religiões de matrizes africanas são produtoras de excelentes músicos conhecidos como Ogans ou autoridades que não entram em transe nas sessões religiosas.

Os resultados dessa pesquisa indicam que as “movências são resultado quase sempre de medidas moralizantes e disciplinadoras impostas pelo poder público sob a égide da modernidade”. (Silva, 2009, p.116). Outras constatações registradas denunciam que os terreiros na cidade de Rio Branco, “continuam a carregar o estigma de “seitas”, a desvirtuar a moral e os bons costumes da sociedade rio-branquense, exigindo dos órgãos oficiais medidas punitivas e repressoras”. (Silva, 2009, p.116). Foi também identificado o “quão tensas, conflituosas e, contraditoriamente, solidárias são as trocas entre as comunidades religiosas. E mais, que as vivências nos terreiros são marcadas por relações de poder as mais diversas”. (Silva, 2009, p.116). A referida autora afirma que a principal e maior autoridade é a figura das Mães e Pais-de-santo, sobretudo pelo longo aprendizado na escola do santo.

A terceira dissertação étnico-racial negra foi defendida em 2011 por Flávia Rodrigues Lima da Rocha, que analisou o apagamento e o silenciamento da comunidade negra no Acre, a partir do seguinte título: Inaudíveis e invisíveis: representações de negros na historiografia acreana. A pesquisadora analisou quatro obras: a primeira foi a Formação Histórica do Acre, de Leandro Tocantins, a segunda, Raízes do Acre, de Cleusa Ranzi, e duas outras de utilização didática nas escolas: Acre: uma história em construção, de Valdir Calixto, Josué Fernandes de Souza e José Dourado de Souza, e História do Acre: novos temas, novas abordagens, do autor Carlos Alberto de Souza. A pesquisadora justificou que a escolha dessas obras está diretamente ligada à sua grande circulação no Estado do Acre, podendo ser consideradas como algumas das obras mais lidas, mais estudadas e influentes em reproduzir a história do Estado do Acre.

Na pesquisa, Rocha (2011) buscou identificar e compreender o tratamento que esta historiografia dispensou ao sujeito negro presente na formação histórica da região acrea-

na, pontuando as formas de silenciamento sobre essa presença e seus significados históricos. Suas constatações indicam que, apesar das diversas diferenças ressaltadas, as obras não se diferenciaram muito no que se refere ao tratamento dado ao sujeito negro no Acre, pois as escolhas metodológicas dos autores levaram o negro acreano à ocultação ou à marginalização, reproduzindo o mesmo pensamento de exclusão que estava posto na historiografia global e em vários outros gêneros discursivos. A autora concluiu ainda que, de forma comum, as quatro obras trabalhadas apresentam as categorias de nordestino e de seringueiro de forma generalizada ao suprimirem as cores dos sujeitos, reproduzindo toda a carga de preconceitos e estigmas.

Sobre a trajetória do sambista negro “Da Costa”, o pesquisador Élcio Rogério da Cunha defendeu a quarta dissertação étnico-racial negra em 2012, também no PPGLI da Ufac, por meio de uma pesquisa que analisou a vida e a obra do pedreiro acreano que gravou o primeiro disco de samba no Estado do Acre, com seu salário na construção civil. Seus progenitores eram originários do Estado do Maranhão, seu pai exercia a função de marceneiro e de músico. Sua mãe era de origem paraense e trabalhava como lavadeira de roupas e vendia tacacá para complementar o orçamento doméstico. Ao investigar a vida e a obra deste cantor negro, Cunha (2012) analisou a letra e a melodia de três músicas criadas por esse sambista: “Saudades do Acre”; “Conselho de amigo” e “As suas manias”. O trabalho de pesquisa buscou compreender a dimensão musical da obra de Da Costa, além de alguns aspectos dos contextos socioculturais em que o cantor estava inserido. Nas constatações de Cunha (2012, p.17), Da Costa iniciou “sua carreira de cantor ao lado dos irmãos Pedro e Fernando em 1949, mudando-se para Manaus para casar-se”. Com o tempo, Cunha (2012) ressaltou ainda que as músicas desse cantor negro passaram a ser reproduzidas pela rádio difusora acreana em todos os municípios e seringais do Estado do Acre, após a década de 1960.

Entre os muitos resultados encontrados por Cunha (2012, p.92) estão “as alegrias e tristezas que passaram a ser expostas, com a marca da angústia e da dor, em seu lado boêmio com a produção e interpretação de sambas”. Na pesquisa Cunha (2012) reproduz variadas letras das músicas compostas por Da Costa “que tratam de ‘amores’, ‘saudades’, ‘traições’ e ‘reconciliações’, como crônicas de suas próprias trajetórias e das trajetórias comuns de seu tempo”. (Cunha, 2012, p. 92). Como cantor de samba, foi constatado também, pelo pesquisador, que Da Costa fez sucesso entre diferentes grupos sociais tanto na cidade quanto nas áreas rurais, conforme explica Cunha, “JB Costa foi produzido - inventado - a partir dos jornais diários e de suas relações com outros artistas de sua época, mas sobretudo, foi pelas ondas AM’s das Rádio Difusora Acreana e Rádio Novo Andirá” (Cunha, 2012, p.93). O sambista “Da Costa” ficou também amplamente conhecido por suas músicas como sambista na Amazônia acreana e no Estado vizinho do Amazonas. No auge de sua carreira de sucesso na Região Norte, no ano de 1960, “Da Costa” migrou para a cidade do Rio de Janeiro, “onde teve a possibilidade de se apresentar em

vários espaços e casas de espetáculos, como as rádios Tupi, Mayrink Veiga e Duque de Caixas, além de várias casas de shows”. (Cunha, 2012, p.17).

As trajetórias de negros(as) no Acre, desde as primeiras décadas do século XX evidenciam não apenas artista a exemplo de “Da Costa”, mas também produtores culturais, dos quais, o Mestre Raimundo Irineu Serra, que inaugurou a Religião do Daime no Acre. Esses registros também foram investigados no PPGLI pela pesquisadora Fernanda Cougo Mendonça, que defendeu a quinta pesquisa étnico-racial no ano de 2016 com o seguinte título: “Memórias e artes verbais de Luiz Mendes do Nascimento: O Orador do Mestre Irineu”; a pesquisadora investigou a vida e a obra do Mestre Irineu Serra, e seu trabalho contou com o apoio narrativo do Senhor Luiz Mendes do Nascimento (*in memória*¹), que contribuiu com suas lembranças e memórias, para a pesquisa de Mendonça (2016), no PPGLI. Suas narrativas trazem o sentido do sagrado, do corpo, da linguagem, das experiências por meio de escritos poéticos que buscam traduzir a doutrina do Daime, como herdeiras das diásporas que levam em conta os sentidos musicais, um misto de enunciados cristãos com práticas vegetalistas amazônicas envolta de uma bebida milenar indígena, que se tornou a base do Daime com seus hinos e poemas cantados que permitem sob efeito da bebida sagrada, o processo de Miração ou na concepção dos daimistas, a viagem para outros mundos. (Mendonça, 2016).

Essa dissertação foi publicada em formato de livro em que a narradora do trabalho de dissertação assume papel de coautora do livro publicado no ano de 2019 com o seguinte título: “O orador do Mestre Raimundo Irineu Serra: diálogos, memórias e artes verbais” (2019). No livro em que deixou suas marcas, lemos que a experiência “viva, dinâmica, memória, voz, saberes e fazeres se interpretam e soam como o repicar de muitos sinos anunciando aos ouvidos atentos que a vida, em sua diversidade, não morreu”. (Mendonça & Nascimento, 2019, p.386).

Outro contemporâneo de “Da Costa”, e Irineu Serra, foi o teatrólogo negro José Marques de Souza - “o Matias”, suas trajetórias foram analisadas na sexta dissertação étnico-racial negra defendida no ano de 2019, também no PPGLI/UFAC pela pesquisadora negra Débora de Almeida, que também é artista e teatróloga. Por ter se envolvido nas frentes de lutas em defesa dos migrantes sem-terra na cidade de Rio Branco na década de 1970, a vida do militante Matias fora analisada por Almeida (2019), tanto na condição de teatrólogo, quanto por suas ações e lutas engajada nos movimentos sociais relacionados ao direito à terra e à moradia. Segundo Almeida (2019), Matias tem sua origem no Seringal Restauração, no município de Tarauacá, tendo nascido em 21 de janeiro de 1937, às margens do Igarapé Penedo. Naquela região, ocupou-se nos trabalhos de seringueiro e carpinteiro, além de outras ocupações inerentes à vida na floresta. Sob alegação de oferecer melhores condições de vida para sua família, migrou para a capital, Rio Branco, no início da década de 1970, no auge dos conflitos entre os proprietários de terras e os Sem Terra que migravam das áreas de florestas para as cidades nas décadas

¹ Luiz Mendes do Nascimento faleceu no dia 29 de julho de 2019.

seguintes à Segunda Guerra Mundial e na efervescência das políticas de ocupação da Amazônia promovida pelos governos militares. (Almeida, 2019).

O poeta, escritor e político Matias foi um dos que assumiu maior visibilidade naquele contexto social e político Matias fazia encenações de histórias que retratavam sua própria realidade. Também forjava outras formas de resistência no contexto de suas encenações como teatrólogo. (Almeida, 2019). Seu envolvimento nos movimentos eclesiais de base e nas ocupações de terras urbanas lhe garantiu a liderança das comunidades iniciais do atual bairro Bahia. (Almeida, 2019). As origens migratórias dos pais de Matias não diferenciam também da maioria das narrativas de outros negros e negras, nem dos seringueiros que migraram do Nordeste para o Acre. Seu pai, Moisés Matias de Souza, foi migrante cearense e sua mãe era a acreana Maria Marques de Sousa, nascida no Seringal Restauração, na colocação Ipu, às margens do igarapé Penedo em Tarauacá. Não é de se admirar que Almeida (2019, p.118) apresenta Matias em seus registros, “a partir de uma multiplicidade de olhares, bem como da multiplicidade de papéis exercidos por ele, como homem de teatro e literatura, que através de seu trabalho e ações transitou entre a cidade e a floresta”. A pesquisadora identifica que Matias reelaborou “signos” e ressignificou “falas, percursos e memórias”. (Almeida, 2019, p.118).

Ao final da primeira década do século XXI, os novos agentes nesse cenário migratório/imigratório foram os haitianos e haitianas que veem o Acre como rota de passagem. Ainda outros(as) fixaram residência na cidade de Rio Branco e em outros municípios do Acre. Esse movimento foi investigado pelo pesquisador negro, Armstrong da Silva Santos na sétima dissertação étnico-racial negra defendida em 2014 com o título: “Haitianos na Amazônia Sul-ocidental: identidades e narrativas em trânsito”. Nesta pesquisa Santos (2014) dialoga com as identidades em trânsitos e aplica o conceito de transterritorialidade que implica na possibilidade de um trânsito compulsório entre diferentes territórios e da vivência em múltiplas territorialidades. Em suas análises, Santos (2014) faz uma reflexão a respeito das elaborações realizadas por esses sujeitos, visando a superação de centenárias estratégias de exclusão. O autor buscou também compreender como as ações (ou omissões) oficiais e não oficiais repercutiram/repercutem na vida dos que “vivenciaram tais experiências socioculturais em meio aos conflitos e tensões do debate jurídico/linguístico que gira em torno da ‘legalidade’ de suas presenças/permanências no Brasil”. (Santos, 2014, p.7).

Outro foco do autor foi compreender algumas dimensões das “violências e dos papéis destinados a populações de afrodescendentes no continente americano nos dias atuais”. (Santos, 2014, p.7). Entre os resultados encontrados, Santos (2014, p.120) identificou nas entrevistas, “declarações de crenças religiosas sendo apresentadas como elementos facilitadores de acolhidas e aquisição de emprego”. Foram detectadas também, as mais variadas situações vividas por haitianos(as), “durante mais de três anos vivenciando condições degradantes em abrigos construídos em Brasiléia e Epitaciolândia, [o que] reivindica o repensar das práticas de quem os trata desse modo”. (Santos, 2014,

p.122). Ainda que fossem tratados apenas como cifras, ou números, Santos (2014) identificou práticas de ressignificações de suas vidas em terras estrangeiras na perspectiva de rechaçar discursos e práticas legitimadoras dos contendores ao classificá-los depreciativamente como indolentes e preguiçosos entre outras práticas que visavam depreciar suas humanidades.

A oitava dissertação abordou a temática sobre negras e negros em ocupações informais na pesquisa de outro negro: Evandro Luzia Teixeira que defendeu no ano 2016, também no PPGLI, o seguinte título: “Vendedores ambulantes - “camelôs”: sujeitos, discursos e identidades no “centro” de Rio Branco”. Seu foco nos sujeitos, discursos e identidades, levou-o a constatar que “o motivo principal que leva mulheres, homens e crianças a trabalhar na rua é, em primeiro lugar, a necessidade de emprego e em seguida, como consequência, a sustentação familiar” (Teixeira, 2016, p.24) e, a partir de então, se constituem como classe/categoria profissional organizada em torno de objetivos comuns. Ainda que o título do seu trabalho não faça menção direta às pessoas negras, as inquietações provocadas pelas entrevistas sobre cor/raça levaram o autor à conclusão que “essa discussão amedronta, pois pode revelar o que muitos não querem ser, por medo ou por outro nível de consciência” (Teixeira, 2016, p.16).

Suas constatações indicam que o trabalho das vendedoras e dos vendedores nas ruas da cidade de Rio Branco emergiu de fatores circunstanciais em que a pessoa se vê desempregada e como opção de sobrevivência, opta pelo trabalho informal de comercialização de mercadorias sazonais, que são renovadas periodicamente, conforme a cultura dos feriados nacionais, cívicos e/ou religiosos, para atender às necessidades mais emergentes das pessoas que procuram comprar mercadorias mais baratas. (Teixeira, 2016). Essa realidade política, econômica e social expõe as pessoas nela inseridas a uma condição de precarização do trabalho, que por si só, já é motivo de ser observada pelos transeuntes de forma discriminatória. Nas questões relacionadas à cor/raça, essa condição é ampliada ao ponto de Teixeira (2016, p. 117), afirmar que “o medo de sofrer preconceito e o próprio preconceito que o sujeito pode alimentar dentro de si, que por falta ou por existência ou não de consciência, o torna vulnerável”. O pesquisador reitera que nessas condições, os sujeitos precisam se reinventar cotidianamente, na flexibilidade e na incerteza do ser cidadão no sentido de viver a cidade para além das alternativas econômicas e de produções de significados das práticas culturais. (Teixeira, 2016).

Após a pesquisa de Teixeira (2016) registramos também, a nona dissertação defendida no ano 2020 pela pesquisadora Lisânia Ghisi Gomes, com o título: “Representações no jornal Página 20: um estudo sobre mulheres negras na Coluna Cultura 20 (Acre 1996/1999)”. A pesquisa teve como objetivo estudar as representações sobre as mulheres negras em textos da coluna “Cultura 20”, assinada pelo jornalista Naylor George e publicada no jornal Página 20, no período de julho de 1996 a outubro de 1999 (Gomes, 2020). A pesquisadora focou o jornalismo como suporte referencial de análise e versa sobre os conceitos de cultura, representação, identidade e diferença, apresentando uma

breve discussão sobre o jornalismo como área de conhecimento e discutindo a premissa da objetividade em meio a esse campo de estudo. (Gomes, 2020).

Através das narrativas estudadas por (Gomes, 2020), a autora concluiu que é possível identificar a determinação dos espaços a serem ocupados pelas mulheres negras, a exemplo de Maria Preta, umas das pessoas entrevistadas. Quanto aos efeitos das matérias de jornalismo sobre as representações de mulheres negras na cidade de Rio Branco, as mídias impressas e outras televisivas, acabam por branquear a mulher negra “por meio de discursos” que a impede de se livrar do “espaço segregador e violento da margem”. (Gomes, 2020, p.105).

A décima dissertação localizada no PPGLI da Ufac, foi da pesquisadora mestra Jaine Silva (2022) ao analisar as representações sobre mulheres negras em matérias dos sites do jornal online, ContilNet Notícias e G1 Acre. A pesquisa analisou como o jornalismo aborda questões de raça e gênero em textos sobre mulheres negras no Acre por meio do método de análise de conteúdo de Laurence Bardin. A autora buscou explicar de que forma o jornalismo constroi e reproduz representações articulando questões de raça e gênero que atingem mulheres negras. Buscou também discutir como o racismo se manifesta na vida de mulheres negras e de que maneira a dimensão estética se apresenta como campo de conflitos raciais, além de investigar as representações construídas sobre mulheres negras em 12 textos jornalísticos publicados nos sites ContilNet Notícias e G1 Acre entre 2015 e 2018. (Silva, 2022).

Para efeitos de análises, a autora elaborou quatro categorias temáticas relacionadas à capilaridade, corporeidade, insultos e racismo. Chegou-se à conclusão que a exposição da mulher negra nos textos jornalísticos, apresenta os fatos de forma sensacionalista, sem oportunizar espaços de fala/defesa, sem problematização dos temas representados, colaborando com a alienação do público, uma vez que o jornalismo possui caráter normatizador da vida social. A autora constatou ainda, a necessidade de o jornalismo dar um passo ainda não concretizado no Brasil: admitir que o racismo influencia sua conformação e, a partir disso, construir políticas efetivas de enfrentamento ao sistema de dominação. (Silva, 2022).

Finalmente, no ano 2023, o Programa de Pós-Graduação em Letras Linguagem e Identidade inaugurou uma nova fase com duas defesas de doutorado iniciado no ano 2019, com temáticas étnico-raciais. A primeira foi a pesquisa de Santos (2023) ao analisar as narrativas elaboradas por (ou acerca de) haitianos(as) diaspóricos(as), destacando relações de subalternidade e resistência vinculadas a questões raciais e nacionais nos caminhos que unem Brasil e Haiti. A metodologia contou com textos historiográficos, literários, jornalísticos e documentos oficiais produzidos acerca dos trânsitos diaspóricos dos haitianos refugiados no Acre/Brasil.

O autor fundamentou sua pesquisa nas teorias de intelectuais para pensar a diáspora como processo de ressignificação identitária e espacial mediada pela linguagem. Nos resultados apontados evidenciam que as diásporas haitianas atuais são catalisadoras de

denúncias inscritas em corpos racializados, que agenciam memórias, palavras e gestos contestatórios de um universo de injustiças que duram séculos. Para Santos (2023) esses corpos diaspóricos haitianos interpelam seus interlocutores para que estes se posicionem diante das violências naturalizadas pela lógica do tempo linear, presente nos discursos do progresso, reivindicando para si o direito de pertencerem à humanidade; de reformularem os espaços com a escrita de suas ações. Com suas palavras proféticas e enunciações do corpo, eles(as) alertam o tempo presente quanto aos perigos do racismo e da mercantilização da vida. (Santos, 2023).

Para concluir esse levantamento de dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagens e Identidade - PPGLI na Ufac, pelo ao menos até o fechamento deste trabalho (maio 2024) foram registrados doze pesquisas com temáticas étnico-raciais negras, sendo dez dissertações e duas teses, sendo que a segunda e última tese de doutorado foi defendida por Teixeira (2023) ao analisar as narrativas de quatro mulheres negras da Amazônia Acreana. O autor utilizou o processo de escutas a partir das histórias orais, por meio de perguntas semiestruturadas e diálogos livres, com foco nas vivências e experiências, sintetizadas como “leituras que fazem de si”. As narradoras são mulheres negras dos movimentos sociais e sindicais do Estado do Acre e atuaram politicamente em outros ambientes e regiões do país. Suas falas se efetivaram como objetos de estudo para Teixeira (2023) ao apresentarem vivências e experiências desde a infância à vida adulta. As principais categorias analisadas foram de gênero, diferenças sociais e raça, estimulando reflexões sobre trajetórias, ações de resistências e construções identitárias.

Nos resultados alcançados, o autor identificou as complexidades estruturais frente às categorias apresentadas, evidenciando os conflitos em torno das relações de poder na sociedade e nos movimentos que as mulheres negras participaram. (Teixeira, 2023). A prática metodológica levou em conta os vários encontros para escutas. As sujeitas da pesquisa contribuíram para o repensar sobre a prática do ato de narrar frente aos desafios pessoais e políticos, por meio de uma construção com reflexões pormenorizadas, pela valorização da poética do encontro e dos movimentos, visibilizando mulheres militantes, que apreenderam no cotidiano a abordar as questões sociais e que descobriram na prática política as diferenças gênero e se autodescobriram negras. (Teixeira, 2023).

Por sua natureza epistemológica, nas linhas de pesquisas linguagem e cultura no contexto das narrativas e identidades amazônicas, o PPGLI produziu estudos balizados nas trajetórias de negros e negras no Acre, militantes sociais, culturais e políticos, que deixaram relevantes exemplos de lutas e resistências, que são continuadas por seus sucessores pesquisadores(as) negros e negras. Os vestígios desses(as) estudiosos(as) negros e negras “estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, se não na qualidade de quem as viveu, ao menos nas de quem a relata.” (Benjamin, 2012, p.221-222).

Todas essas dez pesquisas de dissertações e duas de teses com temáticas sobre negras e negros acreanos encontrados no banco de dissertações do PPGLI, na Ufac desde

2008 até 2024, somam-se a outras cinco dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE também da Ufac. Adicionalmente, foi localizada também, uma dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia desta Ifes, além de outra pesquisa também de dissertação resultado de um convênio entre a Ufac e a Universidade de Brasília - Unb, conforme registros a seguir.

PESQUISAS ÉTNICO-RACIAIS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE/UFAC

As teorias pedagógicas têm de agradecer aos movimentos sociais trazer indagações e ações afirmativas tão desestabilizadoras que exigem repensar radicalmente as teorias pedagógicas legítimas. (Arroyo, 2014, p.54).

As assertivas de Arroyo (2014) na citação acima, confluem no contexto das cinco dissertações defendidas no PPGE da Ufac, até o ano 2024. Nada menos que quatro das cinco pesquisas foram implementadas por militantes do Movimento Negro Unificado no Acre. O grande desafio nesses programas de pós-graduação é encontrar professoras e professores com condições epistemológicas para orientar esses(as) militantes a “repensar radicalmente as teorias pedagógicas legítimas”. (Arroyo, 2014, p.54). O Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal do Acre, foi iniciado em 2014, e até 2024, foram localizadas cinco pesquisas com a temática étnico-raciais negras, nas linhas de pesquisas sobre formação docente e políticas educacionais.

A primeira, foi defendida em 2016 por Jorge Fernandes da Silva com a temáticas sobre as Trajetórias de professoras e professores negros na cidade de Rio Branco. Essa pesquisa foi publicada em formato de livro no ano 2017, com o título: “Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros” na Amazônia acreana. O objetivo de Fernandes (2017) foi analisar as trajetórias desses(as) profissionais, desde suas vivências e experiências na condição de alunos(as), até seus percursos na docência da educação básica na cidade de Rio Branco. Apesar das assertivas sobre a profissão docente, muitas das narrativas indicaram que as professoras e professores tiveram a necessidade de exercerem outras ocupações antes do ingresso nessa profissão.

Quanto aos trabalhos e ocupações dos pais ou responsáveis, foi constatado por Fernandes (2017), que em consequência da curta escolarização ou da ausência dela, as ocupações e profissões exercidas por esses sujeitos estão condicionadas a uma realidade em que os trabalhos e ocupações, não requerem um grau de escolarização elevado. Nessa pesquisa, o autor indica que houve referências ao trabalho extrativista na floresta e outras ocupações na área urbana como trabalho militar, vendedor(a), ajudante de pedreiro, diarista, doméstica, babá e costureira. Ainda outras entrevistas citaram o trabalho em fazendas de criação de gado, o serviço agrário e produção extrativista como opções de ocupações, antes da conquista do diploma universitário.

O autor ainda descreveu que entre os dezenove participantes desta pesquisa, nove tiveram suas raízes originadas na cultura do Seringal. Entre as várias análises empreendidas por Fernandes (2017), ficou constatado que, na maioria dos casos os(as) entrevista-

dos(as) foram os únicos da sua geração familiar a obterem diploma de nível superior. Três eram militantes e engajados em atividades culturais ligadas à igreja. Onze entrevistados tiveram necessidade de trabalhar em alguns ou em todos os anos da escolarização até concluírem o nível superior. Ademais, em mais de cinquenta por cento das entrevistadas e dos entrevistados, houve necessidade de trabalhar em ocupações temporárias no percurso da trajetória escolar e durante o curso de graduação na universidade.

Nesse mesmo programa PPGE/Ufac foi defendida a segunda dissertação de mestrado com tema étnico-racial, por Sulamita Rosa da Silva (2019b), com o seguinte título: “Trajetórias de professoras negras dos cursos de formação de professores da UFAC/Campus Rio Branco”. Essa pesquisa contempla categorias temáticas que têm se destacado em trabalhos recentes sobre as pessoas negras, a exemplo das questões de gênero, de raça e de interseccionalidade, destacando o papel da mulher com delimitações específicas para a mulher negra em um espaço de trabalho seletivo, que historicamente foi identificado pela presença de homens, de cor branca pertencentes a uma classe intelectualmente elitizada que é a docência na universidade pública federal brasileira. O problema central investigado por Silva (2019, p.6) foi “analisar como foram tecidas as trajetórias de professoras negras nos cursos de formação de professores da Universidade Federal do Acre/Campus Rio Branco”, a autora buscou ainda investigar de que modo as professoras entrevistadas “organizavam e abordavam discussões sobre gênero e raça”.

Os resultados encontrados por Silva (2019b) apontam para variadas formas de tratamentos discriminatórios sobre as professoras negras e que, aquelas mais claras, de cor parda, enfrentam preconceitos mais à sua classe social e ao gênero do que propriamente à sua identificação como negra. Ainda outras constatações estavam relacionadas ao espaço acadêmico como *lócus* social de opressão de suas condições de mulheres negras, ao passo que suas trajetórias denunciam as dificuldades socioeconômicas enfrentadas até alcançarem as condições de professoras do magistério superior na Universidade Federal do Acre. O foco nas questões de gênero e raça permitiu à autora concluir que as discriminações com seus cabelos, com suas cores pretas e, o fato de serem mulheres impede ou dificultam participarem ou serem convidadas para grupos de pesquisas. Nem todas as entrevistadas trabalhavam a temática racial em suas aulas, mas, as que o fazem encontram resistências e dificuldades.

O terceiro trabalho de dissertação encontrado no Banco de Dissertações do PPGE na Ufac, foi realizado por Jessiane Gisele Barroso da Silva no ano 2019. A autora analisou “A política de cotas raciais na UFAC e sua materialização como política de acesso à educação superior”. O problema central foram as políticas de ações afirmativas na educação superior, no qual tomou como objeto de estudo a materialização da “Lei 12.711/2012, denominada como Lei de Cotas, que preconiza a reserva de vagas aos alunos e alunas oriundos(as) de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência”. (Silva, 2019, p.6). Nas conclusões de Silva (2019a), a elaboração de uma política de ação afirmativa que tem como objetivo principal a pro-

moção e a democratização do ensino superior se apresenta como uma alternativa para enfrentar, mesmo que parcialmente, “questões advindas do racismo e da exclusão social das camadas populares”. (Silva, 2019a, p.97). No trabalho de campo, Silva (2019a, p.98), identificou na aplicação do questionário que, dos “38 (trinta e oito) egressos da política, somente um respondeu ser indígena”. Sua conclusão foi óbvia de que as ocupações das vagas “são feitas quase que de forma unânime por pretos e pardos, consideramos que de certa forma, os efeitos esperados para a inserção dos indígenas na universidade não estão sendo alcançados”. (Silva, 2019a, p.98).

A quarta dissertação defendida no PPGE da Ufac foi de Soares (2022), o autor analisou a identidade étnico-racial negra no livro didático e as políticas-práticas curriculares cotidianas a partir da perspectiva docente, buscando compreender como é inserida a identidade étnico-racial negra nos Livros Didáticos de História e quais os possíveis impactos nas políticas-práticas curriculares cotidianas. O estudo de Soares (2022) partiu da revisão bibliográfica, em conjunto à pesquisa documental, além da realização de uma roda de conversação com os sujeitos/autores da pesquisa. Nas análises e nos resultados o autor constatou através das narrativas docentes que, apesar dos avanços ocorridos com a implementação da Lei 10.639/2003, a forma como a identidade étnico-racial negra é inserida no Livro Didático de História continua a reproduzir estereótipos, hierarquias raciais, discursos racistas e eurocêntricos que contribuem para uma representação negativa do continente africano e a vinculação de personagens negras a sujeitos escravizados sob uma perspectiva de silenciamento (Soares, 2022).

Por outro lado, apesar da estigmatização negativa do imaginário social reproduzida no livro didático, o trabalho individual e coletivo de professoras e professores militantes negros e negras, continuam implementando o trabalho com a Educação das Relações Étnico-Raciais em sala de aula, visto que as políticas-práticas curriculares cotidianas interferem e ressignificam o currículo expandindo-o para além de um documento prescrito, atribuindo, por consequência, outros possíveis usos para o Livro Didático. Destarte, a pesquisa de Soares (2022) identifica a necessidade de continuação das ações em favor de um trabalho pedagógico visando a implementação das políticas-práticas curriculares cotidianas em prol de uma identidade negra empoderada de significados que possibilitem mudanças efetivas tanto nos livros didáticos, quanto no cotidiano da escola e da sociedade.

Finalmente, a quinta e última dissertação localizada no PPGE/Ufac até o fechamento do presente artigo (maio de 2024) foi do pesquisador Martins (2022) que analisou como a educação das relações étnico-raciais estão inseridas nos projetos pedagógicos curriculares do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, campus Rio Branco. O principal objetivo de Martins (2022) foi compreender como se deu a inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais e da História e Cultura Afro-Brasileira na formação inicial de professores de História promovida pela Universidade

Federal do Acre - Ufac. O autor utilizou a pesquisa documental pelas legislações de ações afirmativas, além de realizar uma entrevista com uma docente do referido curso.

Os resultados analíticos de Martins (2022) apresentaram evidências de que a Educação das Relações Étnico-Raciais não é centralizada no processo de formação inicial, de modo que o tempo dispensado às disciplinas de História da África e História e Cultura Afro-Brasileira é o mínimo possível e a ausência de conteúdos explícitos referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais refletem a manutenção da colonialidade do saber do eurocentrismo e das perspectivas históricas valorizadas pela branquitude nos projetos pedagógicos do curso. (Lander 2005). Apesar disso, Martins (2022) identificou que a presença indireta e tangencial do tema é bastante frequente nas ementas das disciplinas obrigatórias. Também se constata que a inserção da disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira no projeto pedagógico de 2014 constitui um ato instituído e institucionalizado pelos órgãos deliberativos da Ifes. (Martins, 2022). Ainda que essa lista pareça extensa, é muito pequena com apenas cinco dissertações étnico-raciais negras defendidas em dez anos no PPGE/Ufac, o que representa uma média de uma dissertação étnico-racial defendida a cada dois anos.

Mesmo com as limitações impostas pesquisadores(as) negros(as) insistem em se qualificar para aproveitar as políticas de cotas raciais, na intenção de ingressarem tanto nos programas de pós-graduação lato sensu, quanto no stricto sensu pois assumiram a consciência que “os movimentos sociais reeducam o pensamento educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica com uma luta mais ampla por ser reconhecidos sujeitos legais de direitos. Reeducam a cultura política”. (Arroyo, 2014, p.270).

TEMÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGE/UFAC E OUTRAS PESQUISAS ACADÊMICAS

A experiência é matéria da tradição, tanto na vida coletiva como na privada. Constitui-se menos a partir de dados isolados rigorosamente fixados na memória, e mais a partir de dados acumulados, muitas vezes não conscientes, que afluem à memória (Benjamin, 2015, p.107).

Para além das produções bibliográficas nos programas de pós-graduação em linguagem e identidade e, em educação, que juntos agregam dezessete trabalhos de pesquisas étnico-raciais negras, novos programas passaram a ser implementados na Ufac ampliando o leque de temáticas sobre comunidades invisibilizadas e silenciadas na historiografia acreana. Projetos de pesquisas recentes tendem a agregar novos elementos às temáticas anteriormente trabalhadas ao utilizar “dados acumulados, muitas vezes não conscientes, que afluem à memória” (Benjamin, 2015, p.107). Esse foi o caso da única dissertação de mestrado localizada no PPGEU da Ufac em que Albuquerque (2022) analisou as metamorfoses socioespaciais nas trajetórias de negros e negras no estado do Acre, na intenção de compreender eventuais transformações em suas condições socioeconômicas relacionadas às oportunidades de emprego e renda, acesso, permanência e, ascensão na

educação escolar formal, pautados nas desigualdades sociais que o racismo produz como rugosidades do espaço geográfico.

O objetivo central de Albuquerque (2022) foi investigar as trajetórias de negros(as) no Acre com foco nas metamorfoses socioespaciais/socioeconômicas ocorridas desde o fim do século XIX até as duas primeiras décadas do século XXI, a partir das categorias de raça, racismo, preconceito e discriminação. Nos objetivos específicos a autora investigou o processo geo-historiográfico sobre os espaços de lutas construídos por negros(as) na formação social brasileira, desde o período escravista, até a contemporaneidade (da pesquisa em 2022) e a autora buscou compreender as questões étnico-raciais negras na geo-historiografia, a partir da leitura socioespacial nas produções bibliográficas de Milton Santos.

A pesquisadora buscou caracterizar e discutir as produções bibliográficas sobre negros e negras, desde o silêncio fundador, nos primórdios da formação do Acre, até as releituras desse apagamento com as pesquisas realizadas na contemporaneidade, além de analisar e compreender como se deram as trajetórias escolares, trabalhistas e ocupacionais, de negros(as) no Acre, correlacionando com as variáveis: racismo, preconceito e discriminação. Para compreender melhor as metamorfoses ocorridas nesse período, Albuquerque (2022) realizou dez entrevistas com pessoas negras em nove municípios acreanos. A pesquisa foi sustentada nas teorias étnico-raciais de Milton Santos como base para as estratégias metodológicas a partir dos registros geo-históricos desde o período escravista, passando pelos períodos pré e pós-abolição, até as lutas e embates pela integração de negros e negras na sociedade de classes.

A partir dessas análises Albuquerque (2022) concluiu que as oportunidades de acesso e permanência na escolarização formal foram bastante restritas, às pessoas negras, principalmente na gênese migratória e, apesar da maioria ter sido atraída pelo corte do látex, ou da seringa, após o ingresso de negros(as) no Acre, surgiram novas vertentes de possibilidades de ocupações, a exemplo, o trabalho militar, no funcionalismo público acreano, além de ocupações autônomas. Ficou constatado também, nessa pesquisa, que negros(as) militaram pelas causas sociais e políticas no Acre principalmente após a década de 1970 e que, ao menos três fatores foram relevantes nas trajetórias das mulheres negras e dos homens negros entrevistados(as) na referida pesquisa: a influência da religião (Católica e Protestante), a disciplina militar que interfere diretamente nas trajetórias e nas metamorfoses socioespaciais, como também nas lutas contemporâneas e, a assimilação e normatização das práticas influenciadas pelo mito da democracia racial.

Para encerrar esses registros das dissertações com temáticas negras defendidas na Ufac, foi encontrada também a pesquisa de Lúcia Maria Ribeiro de Lima defendida no ano 2017 em um convênio de Mestrado Interinstitucional (Minter), entre a Universidade Federal do Acre - Ufac, juntamente com a Universidade de Brasília. Esse foi um dos primeiros trabalhos acadêmicos na área jurídica com temática étnico-racial no Acre com o seguinte título: “A proteção às vítimas do crime de injúria racial no Tribunal de Justiça

do Acre” (2017). Durante a pesquisa, Lima investigou “como se dá a proteção às vítimas de crimes raciais no Tribunal de Justiça do Acre, notadamente da injúria racial - conduta racista, imprescritível e inafiançável” (Lima, 2017, p. 7). A autora demonstrou como o Tribunal de Justiça do Acre aplica a legislação penal de enfrentamento ao racismo visando proteger as vítimas de crimes de injúria racial.

No levantamento de dados junto ao Tribunal de Justiça do Acre, a autora delimitou sua investigação ao “período que compreende os anos de 2001 a 2015 e identificou 22 processos sobre injúria racial, fundamentados no art. 140 §3º, do Código Penal” (Lima, 2017, p.123). Desse total 09 se iniciaram com inquérito policial e 13 com termo circunstanciado de ocorrência. A autora identificou que desse montante, três eram “autos de prisão em flagrante. Dos 13 processos que iniciaram com termo circunstanciado, 05 retornaram à delegacia para instauração de inquérito policial, destes, apenas 01 foi devolvido à Vara Criminal”. (Lima, 2017, p.123).

Um fato relacionado à autodeclaração racial identificado por Lima (2017, p.123), evidencia que o “não reconhecer-se negro é um dos fatores que influenciam a inexistência ou ocorrência do racismo implícito”. Em suas reflexões indicam que, “uma vez que o indivíduo não se reconhece negro, palavras e atos de cunho racista, ou lhes parecerão natural, ou não farão sentido para àquele a quem é dirigido o insulto ou gesto de conotação racista”. (Lima, 2017, p.123). Essas apreensões levam em conta que “os crimes de racismo e injúria racial podem se materializar de maneira explícita, por meio de palavras, ou de maneira implícita, por meio de gestos e atos” (Lima, 2017, p.123), mas somente terá efeitos sobre as pessoas autodeclaradas negras. Nos resultados da pesquisa de Lima (2017 p.124), constatou “a existência do racismo institucional no Tribunal de Justiça do Acre, racismo este que se materializa de diferentes formas” que vão desde a dificuldade de acesso aos processos sobre racismo e injúria racial até à “ineficácia e imprecisão da solução jurisdicional aplicada, e inexistência da condenação dos culpados”. (Lima, 2017, p.124).

Nos entremeios deste levantamento foi possível localizar a tese de doutorado de Rocha (2022) produzida em outro convênio institucional entre a Ufac e a Universidade Federal do Paraná - UFPR. Nessa pesquisa, a autora analisou as práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais em escolas do estado do Acre. O objetivo de Rocha (2022) foi analisar práticas pedagógicas de Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica do estado do Acre, promovidas por profissionais em educação, que tenham formação mínima em Educação das Relações Étnico-Raciais. Nesse contexto, a autora buscou identificar práticas pedagógicas em educação para as relações étnico-raciais que têm sido desenvolvidas nas escolas acreana pelos(as) egressos(as) dos cursos de especialização e aperfeiçoamento nas temáticas étnico-raciais na Amazônia acreana.

A autora também buscou compreender elementos nas unidades escolares que podem favorecer a aplicação e a sustentação de práticas pedagógicas em Educação das Relações Étnico-Raciais. Os resultados apresentados pela autora indicam que uma edu-

cação para as relações étnico-raciais - EREER, em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, desenvolvida por educadores(as) com formação mínima na temática, é possível. Outra constatação apresentada por Rocha (2002) indica que, essa educação não apenas é possível na prática pedagógica isolada como esta possibilidade se amplia para toda a unidade e comunidade escolar por meio da reprodução dos conhecimentos do sujeito com a devida formação em EREER para os(as) colegas(as) de trabalho, potencializando assim as formações em EREER por meio dos seus agentes multiplicadores, formados e formativos para promover igualdade racial por meio de suas práticas pedagógicas em suas escolas.

Em relação aos trabalhos em teses, defendidas fora da ambiência da Universidade Federal do Acre, foi localizado pelo menos um trabalho identificado na área da linguística, sobre as casas de Candomblé que foram investigadas por Océlio Lima de Oliveira, em sua tese de doutorado defendida no ano de 2020 pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) com o título: “A terminologia do candomblé em Rio Branco-Acre”. O referido autor analisou as expressões utilizadas no candomblé na cidade de Rio Branco-Acre. Nesta tese, Océlio L. Oliveira destacou os aspectos fonético-fonológicos e de cunho etimológico indicando as línguas de proveniência desses termos. Dentre os aspectos mais marcantes e significativos do conjunto terminológico analisado, destacou-se a presença de inúmeras variantes terminológicas. Identificou-se os fatores que ocasionaram a variação e a importância de valorizar os discursos e contextos em que se misturaram as línguas africanas com o português brasileiro.

Entre os resultados, Oliveira (2020, p.195), constatou que “são poucos os estudos sobre o candomblé do Acre, principalmente na área linguística”. Foi identificada uma “divisão do candomblé em “nações”, pois essa divisão influencia na terminologia de cada terreiro”. (Oliveira, 2020, p.195). A partir desse conhecimento, o referido autor sublinhou as línguas predominantes da nação *jeje mahi* e *queto* chegando à conclusão de que, mesmo havendo tal divisão, “o contato constante das comunidades gera uma espécie de variação, pois os termos de uma nação e outra se confundem, surgindo um termo preferencial utilizado pelas duas nações pesquisadas”. (Oliveira, 2020, p.195). A língua vernacular portuguesa que o autor identifica como “português brasileiro”, proveniente da fala popular, é a regularmente usada nas casas.

Outra pesquisa fora da ambiência da Ufac foi produzida por Pereira (2023) ao analisar “o movimento negro educador e a formação continuada de professoras/es da educação básica no estado do Acre: multiplicados somos mais fortes”. O objetivo do autor foi analisar como o Movimento Negro Educador, em sua atuação na Universidade Federal do Acre (Ufac), tem promovido processos formativos antirracista na educação continuada das/os professoras/es da educação básica no estado do Acre. A partir desse campo central Pereira (2023) mapeou as ações de formação continuada ofertadas pelo Movimento Negro Educador, em sua atuação nessa Ifes entre os anos 2013 e 2018, além

de buscar compreender como as formações continuadas ofertadas pelo Movimento Negro Educador atendem a política educacional de Educação das Relações Étnico-Raciais, para a construção de uma Educação Antirracista.

Os resultados alcançados por Pereira (2023), indicam que o Movimento Negro Educador na Ufac, entre os anos de 2015 e 2018, promoveram três processos formativos continuados direcionados a professoras/es da rede de Educação Básica do estado do Acre, sendo dois em níveis de especialização e um em formato de aperfeiçoamento, além de um projeto de extensão que também tinha caráter formativo continuado destinado a esse mesmo público. Foi constatado também que, esses processos formativos abrangeram sete cidades acreanas, totalizando 172 docentes e 89 unidades escolares, o que o autor considera indicativo de que esse movimento caminha no enfrentamento ao racismo estruturado na sociedade brasileira e acreana, ressaltando ainda a importância da inserção de uma Educação sob uma perspectiva antirracista nos processos formativos continuados de professoras(es).

Todos esses trabalhos acadêmicos confluem na afirmação de Nilma Lino Gomes (2017), ao identificar como a abertura política após os governos militares em 1984 e a promulgação da Constituição em 1988 e, na sequência, as conferências internacionais a exemplo de Durban em 2001, impulsionaram o ingresso de estudantes e pesquisadores(as) negros(as) a “cursarem mestrado e doutorado”. (Gomes, 2017, p.32).

Esse engajamento de negros(as) pesquisadores nas academias resultou não apenas em suas participações na estrutura política do Estado, como também na implementação de propostas legislativas que impulsionaram as produções desses trabalhos. Esse ambiente mais favorável contribuiu na produção de diversos trabalhos acadêmicos no Acre e em todo o Brasil, conforme constatado por Gomes, (2017) e, reafirmado com as produções de dissertações com temáticas negras nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Acre. Um exemplo foi a publicação do livro “Negro na Amazônia acreana” (2012), em um estudo realizado por Jorge Fernandes, sobre a presença de negras e negros nos vinte e dois municípios acreanos. A intenção do autor foi dar visibilidade às presenças desse grupo desde a formação histórica do Estado do Acre. Além de realçar a prática da capoeira e a presença da religião de matriz africana nos 22 municípios acreanos, o livro apresenta cinquenta e três entrevistas com pessoas negras, idosas e outros atores que narraram sobre suas origens em cada município acreano.

As produções acadêmicas e outras aqui registradas não esgotam o rol das pesquisas já produzidas sobre as contribuições dos negros e negras na construção do espaço acreano. Compreendemos que o exposto atende a compreensão das assertivas de Silvio Simione da Silva (2014, p.49) ao afirmar que “há uma Geografia produto das desigualdades sociais que faz da realidade vivida, campo de contradições e de luta”. Esse pesquisador e geógrafo compreende que não é possível pensar as desigualdades espaciais como algo factual que promove a existência de lugares ricos e lugares pobres. As assertivas de Silva (2014) indicam que é nesta dinâmica que as realizações da sociedade, agindo sobre si

mesmo e a natureza, produzem as configurações do espaço vivido. “Nesta ação construtiva, se o motor de todos os processos é por excelência desigual, sua produção reflete tais condicionantes, isto é, a pobreza e a riqueza tendo origens comuns”. (Silva, 2014, p.49).

As bibliografias aqui analisadas permitem uma investigação mais aprofundada sobre como se deram as trajetórias das populações negras no Acre, bem como compreender as metamorfoses socioespaciais ocorridas no sentido de entender suas lutas contemporâneas. Faz-se relevante lembrar que todas essas produções, não raro, são resultados de pesquisas investigativas que na contemporaneidade (2024) dão seguimento aos movimentos de resistências, iniciados com os(as) primeiros(as) africanos(as) tendo como referência a formação do Quilombo dos Palmares, e, posteriormente no século XIX com a Imprensa Negra, com a Frente Negra Brasileira (1931), com o Teatro Experimental Negro (1944) e, com a criação do Movimento Negro Unificado (1978), que também foi efetivado no Acre no ano de 2019.

Não é possível vislumbrar todas as produções das pesquisas e os embates em defesa dos direitos conquistados na contemporaneidade, sem levar em conta todo o histórico e os espaços de lutas criados por negros(as) na árdua pugna pela integração na sociedade de classes. Ademais, há o aproveitamento das oportunidades quando negros(as) ingressam em programas de pós-graduações e gradativamente abrem novos espaços para temáticas anteriormente desconsideradas nas pesquisas acadêmicas.

Para além desses espaços, há também os trabalhos de pesquisas externos a ambiência acadêmica, encontrados no levantamento das produções epistemológicas que levam em conta temáticas sobre negros(as) no Acre. A limitação na presente pesquisa não permite explorar a totalidade dos trabalhos que mencionam as trajetórias de negras e negros. Porém, esse levantamento permite visualizar o amplo espaço para futuras pesquisas sobre as contribuições de negras(os) acreanos(as) e as variadas metamorfoses socioespaciais que incidem sobre suas vivências enquanto sujeitos sociais.

No caldeamento das hibridizações entre pessoas de cores pretas, brancas, indígenas, pardas, amarelas, entre outras tonalidades de cores, resultou no complexo conjunto de várias mesclas e etnias especialmente nas regiões amazônicas. A multiplicidade de fatores e de motivos migratórios de negros para as antigas Regiões do Acre, para o Território Federal do Acre, e para o atual Estado do Acre, não pode ser explicada de um único ponto de vista, nem de uma única abordagem teórico/metodológica. Partindo dos pressupostos empreendidos por Marx e Engels, faz-se necessário assegurar o entendimento do conjunto de fatores, que nas assertivas de Paulo Netto (2011) devem partir das vivências reais, dos homens reais, do seu processo de vida real.

Esses posicionamentos se aproximam das concepções de Arroyo (2014) ao constatar que os diferentes se afirmam por dar visibilidade às suas resistências, às suas lutas, também ao enfrentamento com o Estado, contra o processo de inferiorização, pois os grupos silenciados e invisibilizados reconhecem que realmente são tratados de formas diferenciadas e por isso, tratados como inferiores, “mas suas lutas produzem aprendi-

zagens, pedagogias da diversidade e da resistência a todos os tipos de colonização das terras, da economia, da educação, do poder”. (Arroyo, 2014, p.134).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta revisão bibliográfica identificamos e registramos as pesquisas acadêmicas e não acadêmicas sobre pessoas negras no espaço acreano, na intenção de construir uma releitura do silêncio fundador a partir das novas temáticas de pesquisas. Essas delimitações vislumbram as metamorfoses nas trajetórias individuais e coletivas de negras e negros no/do Acre desde o final do século XIX, passando pelo início do século XX, até a geração atual nas primeiras décadas do século XXI que continua em suas lutas cotidianas não apenas contra o racismo, o preconceito e, a discriminação, mas, também em busca de dignidade e reconhecimento das contribuições de seus grupos, não apenas na formação da nação brasileira, mas, também do Acre, e de cada um dos estados da federação.

Ressaltamos a relevância de expor o silêncio geo-historiográfico sobre a presença de negros(as) na gênese da formação do Acre na intenção de oportunizar novas pesquisas, com novas visões e posicionamentos que permitam os registros das narrativas dos próprios agentes da história. Essas reconstruções do passado, por intermédio de revisitas nos documentos, nas pesquisas antigas e nas atuais, evidenciam uma presença omitida, de pessoas e comunidades negras e de outros grupos excluídos que doravante têm oportunidade de narrar, de registrar, de preservar suas trajetórias e metamorfoses nas lutas e resistências contra os sistemas opressores. Para enfrentar esses desafios, pesquisadores(as) negros(as) ocupam espaços acadêmicos, adentram nos programas de pós-graduação com produções de projetos que resgatem suas histórias culturais, vivências e experiências, a partir de estudos em nível de dissertações de mestrados e teses de doutorado.

Ficou constatado que um dos grandes problemas enfrentados pelas coordenações desses cursos *stricto sensu* de mestrado e doutorado é a ausência de orientadores(as) com formações voltadas às temáticas étnico-raciais negras e indígenas. Outro entrave identificado no PPGE da Ufac são as linhas de pesquisas: restritas às temáticas sobre: Estado, Educação e Políticas Educacionais e, outra sobre: Formação de Professores, Educação e Linguagens, com pouco espaço para se trabalhar temáticas experienciais, culturais e educacionais com foco nos movimentos sociais negros e indígenas, e no alunado das escolas. Mesmo com essas dificuldades, foi possível localizar nesse programa cinco dissertações de mestrado e, uma dissertação no PPGE, enquanto no PPGLI foram localizadas dez dissertações de mestrado e duas teses de doutorado que analisaram questões étnico-raciais negras da mesma Ifes. Para além de apresentar um panorama geral sobre as temáticas de pesquisas étnico-raciais na Amazônia acreana, o presente levantamento pode contribuir tanto para consulta sobre o que já se produziu, quanto para possibilidade de ampliar temáticas específicas, além de oportunizar a construção de novos projetos com objetos de pesquisas ainda não exploradas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Â. M. B. de. **Trajétórias de negros e negras no Estado do Acre: das metamorfoses socioespaciais às lutas contemporâneas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio Branco, 2022. Disponível em: <https://posgeoufac.com/wp-content/uploads/2023/07/angela-maria-bastos-de-albuquerque.pdf> acesso em 01 de maio de 2024.
- ALMEIDA, Débora. **Matias: Linguagem e Teatro Popular do Acre**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade. Rio Branco, AC: 2019.
- ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BENJAMIN, Walter. **Experiência e Pobreza**. In: **Obras Escolhidas I**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BRASIL, **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003. Acesso em: 6 maio de 2024. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>
- BRASIL, **Lei 12.711/2012 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Acesso em: 09 abr. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>
- COLOMBO, Nayra Claudinne Guedes Menezes. **Corpos negros x falas brancas: as representações do negro na literatura de expressão Amazônica**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Identidade) - Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2009.
- COSTA, Craveiro. **A Conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/275/1/191%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>> acesso em: 14 fev. 2021.
- CUNHA, Écio Rogério da. **Etnomusicologia de JB Costa: um sambista negro da Amazônia acreana**. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Identidade) - Pós-graduação em Letras, Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2012.
- FERNANDES, Jorge. **Negros na Amazônia acreana**. Rio Branco: Edefac, 2012.
- FERNANDES, Jorge. **Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros**. Curitiba: Appris, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- GOMES, Lisânia Ghisi. **Representações no jornal Página 20: um estudo sobre mulheres negras na Coluna Cultura 20 (Acre 1996/1999)**. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Identidade) - Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade/Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2020.
- LANDER, Edgardo. **Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.
- LIMA, Lúcia Maria Ribeiro de. **A proteção às vítimas do crime de injúria racial no Tribunal de Justiça do Acre**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pós- Graduação em Direito, Universidade Federal de Brasília – UnB, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31230>> acesso em: 23 out. 2020.
- MARTINS, Isis do Mar Marques. **Por uma geografia das migrações: estratégias de mobilidade e permanência em migrantes haitianos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2019.
- MARTINS, Wálisson Clister Lima. **A educação das relações étnico-raciais nos projetos pedagógicos curriculares do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre**. Rio Branco, 2021. (Dissertação) Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2022, 145

- p. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2021/fabio-de-farias-soares.pdf>
acesso em: 30 de abril de 2024
- MENDONÇA, Fernanda Cougo; NASCIMENTO, Luiz Mendes. **O Orador do Mestre Raimundo Irineu Serra: diálogos, memórias e artes verbais**. 1. ed., Rio Branco: Nepan Editora, 2019.
- MENDONÇA, Fernanda Cougo. **Memórias e artes verbais de Luiz Mendes do Nascimento: o orador do Mestre Irineu**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Identidade) - Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade/Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2016.
- OLIVEIRA, Océlio Lima de. **A terminologia do candomblé em Rio Branco-Acre**. 2020. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: editora da Unicamp, 2007.
- PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre. (1870-1912)**. Acre: Falangola, 1986.
- ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da. **Inaudíveis e invisíveis: representações de negros na historiografia acreana**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Identidade) - Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade/Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.
- ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da. **Práticas pedagógicas em educação das relações étnicoraciais em escolas do estado do Acre**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2022.
- PEREIRA, Maycon David de Souza. **O movimento negro educador e a formação continuada de professoras/es da educação básica no estado do Acre: multiplicados somos mais fortes**. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal De Mato Grosso do Sul para a obtenção do título de Mestre em Educação. Três Lagoas, 2023.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, Armstrong da Silva. **Entre palavras proféticas e enunciações do corpo: história, silenciamentos e táticas de sobrevivência elaboradas em diásporas haitianas**. Tese (Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade) da Universidade Federal do Acre. Rio Branco, Acre, 2023, 337 pp. Disponível em: <https://posletrasufac.com/dissertacoes> Acesso em: 30 de abril de 2024.
- SANTOS, Armstrong da Silva. **Haitianos na Amazônia Sul-Ocidental: identidades e narrativas em trânsito**. Rio Branco, 2014. 129f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Identidade) – Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Mestrado em Letras - Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2014.
- SILVA, Jaine Araújo da. **“Aquela preta era eu”**: Representações sobre mulheres negras em matérias dos sites ContilNet Notícias e G1 Acre. Dissertação (Mestrado do Programa de Letras) - Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, da Universidade Federal do Acre. Rio Branco, Acre, 2022, 223 p. Acesso em: 30 de abril de 2024. Disponível em: <https://posletrasufac.com/dissertacoes/>
- SILVA, Italva Miranda da. **Terreiros de Candomblé na Amazônia Acreana: Lutas e solidariedades na construção de territórios e identidades**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Identidade) - Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2009.
- SILVA, Jessiane Gisele Barroso da. **A política de cotas raciais na UFAC e sua materialização como política de acesso à educação superior**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2019a.
- SILVA, Sulamita. R. Da. **Trajetórias de professoras negras dos cursos de formação de professores da UFAC/ Campus Rio Branco**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2019b.
- SILVA, Jorge Fernandes da. **Trajetórias escolares e profissionais de professores (as) negros (as) que atuam na educação básica na cidade de Rio Branco**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2016.

SILVA, Silvio Simione da. Da geografia vivida à geografia estudada: para além das formalidades acadêmicas: contradições, conflitos e proposições. **Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE**, v. 3, nº 5, p. 27-53, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://seer.uece.br/geouece>> acesso em 13 jan. 2020.

SOARES, Fábio de Farias. **A identidade étnico-racial negra no livro didático e as políticas-práticas curriculares cotidianas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2022, 103 p. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2021/fabio-de-farias-soares.pdf> acesso em: 30 de abril de 2024.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre** – novos temas novas abordagens. Rio Branco: ed. própria, 2002.

TEIXEIRA, Evandro Luzia. **Vendedores ambulantes - “camelôs”**: sujeitos, discursos e identidades no “centro” de Rio Branco. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Identidade) - Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade/Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2016.

TEIXEIRA, Evandro Luzia. **Narrativas e leituras de si**: trajetórias de mulheres negras na Amazônia acreana. Tese (Doutorado em Letras: Linguagens e Identidades) apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, da Universidade Federal do Acre. Rio Branco, Acre, 2023, 268 pp. Disponível em: <https://posletrasufac.com/dissertacoes> Acesso em: 30 de abril de 2024.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Volume 1, Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979.